

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.541 - MG (2019/0293883-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : ALLYSON BERNARDES VAZ DE LIMA (PRESO)
ADVOGADO : CINTIA DE SOUZA KERSUL - MG174509N
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, de **Allyson Bernardes Vaz de Lima** contra acórdão proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que, nos autos do HC n. 1.0000.19.086885-1/000, denegou a ordem, mantendo-o preso preventivamente pela suposta prática de condutas descritas nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

O recorrente alega, em síntese, que está preso desde 18/12/2018 e desde o início da persecução penal até a presente data nada fez para justificar o encarceramento. Afirma estar preso há mais de 8 meses em razão de descrição genérica no decreto prisional.

Sustenta que a decisão descreve o elemento do tipo penal cometido, sem indicação objetiva ligada ao caso concreto, senão repetição do dispositivo legal, o que inviabiliza a decisão, tornando-a carente de fundamentação. Acrescenta que todos os indícios apresentados nos autos demonstram que o paciente é usuário de drogas, sendo suficiente a imposição de cautelares diversas da prisão.

Argumenta não estar sendo obedecido o prazo do art. 403, § 3º, do Código de Processo Penal, estando o paciente preso desde o dia 18/12/2018. Estaria, assim, devidamente comprovado o excesso de prazo.

Aduz estarem presentes os requisitos para concessão da liminar, motivo pelo qual pede a imediata expedição do alvará de soltura. No mérito, pede a confirmação da liminar e a concessão da ordem em definitivo (fls. 179/191).

É o relatório.

O deferimento de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de

ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, não vislumbro como conceder a liminar pleiteada. O Tribunal local manteve a prisão preventiva aos seguintes fundamentos (fls. 167/169):

A d. autoridade dita coatora converteu a prisão temporária dos paciente em preventiva, diante da presença dos pressupostos (prova da materialidade e indícios suficientes de autoria) e dos requisitos do art. 312 do CPP, tendo ressaltado, não só a gravidade concreta dos crimes, mas também a necessidade de se garantir, principalmente, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal (doe. 14).

Extraí-se dos autos que os pacientes, associados a mais dois agentes, eram responsáveis por traficar drogas em Pouso Alegre. Segundo as investigações da Polícia Civil, Allyson era um grande traficante da região, sendo o maior fornecedor/abastecedor de drogas de Paulo Gustavo.

Não se pode ignorar a gravidade do delito em tese praticado pelos requerentes, sendo o tráfico de drogas, hodiernamente, o crime de maior preocupação das políticas de segurança pública, fato que reforça a necessidade da manutenção da custódia preventiva, principalmente em razão da possibilidade de que em liberdade, Allyson e Paulo Gustavo encontrem os mesmos incentivos que os levaram a traficar e, assim, voltem a comercializar drogas.

Ressalte-se que as condições pessoais do paciente como a primariedade, os bons antecedentes e residência fixa não podem ser analisadas individualmente, sem que seja considerado todo o contexto dos autos, sob pena de se trazer prejuízos à tranquilidade social e à manutenção da ordem pública, fundamentos esses essenciais à análise da necessidade da manutenção de qualquer prisão processual.

A respeito:

[...]

Por fim, alegam os pacientes estarem sofrendo constrangimento ilegal na formação da culpa, vez que se encontram presos desde 18/12/2018, caracterizando, assim, o excesso de prazo.

Importante ressaltar, inicialmente, que os prazos indicados para a instrução criminal são apenas parâmetros gerais, que variam conforme as peculiaridades de cada processo e que, ao contrário do que pretende a defesa, devem ser analisados de forma global.

Compulsando os autos e as informações prestadas pela d. autoridade de primeira instância (doc. 10), verifico que trata-se de feito complexo, que apura a prática de delitos que exigem minuciosa investigação e produção de provas, e possui pluralidade de réus (quatro denunciados), bem como número excessivo de testemunhas (dezesseis), o que, por óbvio, acarreta uma dilação do prazo para o término da instrução criminal.

Conforme orientação jurisprudencial dominante, o excesso de prazo para a formação da culpa não constitui constrangimento ilegal quando justificável a demora, em especial pela complexidade do processo.

Nesse sentido:

[...]

Ademais, conforme se extrai das informações prestadas pela d. autoridade dita coatora e da movimentação processual extraída do website deste eg. TJMG, foram realizadas audiências de instrução e julgamento em 27/05/2019, 12/07/2019,

Superior Tribunal de Justiça

tendo o interrogatório dos réus ocorrido em 12/08/2019, estando os autos em carga para o Ministério Público para apresentação das alegações finais.

Portanto, a demora para a formação da culpa é justificada pela complexidade e peculiaridade do feito, sendo que a instrução criminal encontra-se próxima de ser encerrada, não havendo que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Do excerto, verifica-se que o Tribunal local manteve a prisão preventiva, decretada no contexto da "Operação Gênesis", que investiga suspeitos de comandar tráfico de drogas nas cidades de Pouso Alegre/MG, o que, *a priori*, indica maior gravidade da conduta, e autoriza a prisão preventiva.

Por outro lado, em relação ao excesso de prazo, além de os autos estarem na fase de alegações finais, o que atrai a incidência da Súmula 52/STJ, o Tribunal destacou a peculiaridade do caso, que envolve 4 réus e demandou a oitiva de 16 testemunhas.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de piso, especialmente sobre o andamento da ação penal.

Com essas, vistas ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator